

Mundo das Aves

Soltar é legal?

Uma dos destinos mais comuns das aves apreendidas de traficantes ou de proprietários que as mantinham sem autorização é a soltura. Embora simpática à primeira vista, essa prática tão comum e corriqueira embute diversos problemas. E pode ser muito mais prejudicial do que pensamos para as aves que foram soltas bem como para o meio ambiente

Por LUÍS FÁBIO SILVEIRA

É inegável o enorme prejuízo ambiental causado pelo tráfico de aves silvestres, as quais, quando retiradas da Natureza, imediatamente deixam de realizar suas funções ecológicas. Param, portanto, de cumprir papéis como os de polinizadoras, de dispersoras de sementes e de consumidoras de insetos. A retirada de filhotes compromete de maneira irremediável a taxa de

renovação da população, com efeitos catastróficos a médio e longo prazos. Por isso, quando estão em cativeiro, as aves perdem por completo seu papel de agentes atuantes para a manutenção do ecossistema. Além disso, deixam de ser capazes de perpetuar espontaneamente o material genético delas, por dependerem da vontade e das técnicas humanas para se reproduzir. Para piorar a situação, geralmente são mantidas em condições pouco adequadas, muito aquém

do mínimo esperado para o bem-estar animal. Desnecessário dizer que muitas dessas aves, talvez quase todas, jamais se reproduzirão e que boa parte morrerá em pouco tempo.

A demanda por aves em cativeiro é grande e os criadores comerciais ainda não conseguem suprir o mercado (muitas vezes, estão sujeitos a várias restrições para exercer essa atividade tão importante). Quem sofre são as aves silvestres, retiradas aos milhares, todos os anos.

É ainda mais estarrecedor constatar que essa situação, repetida há décadas, não tenha sido definitivamente debelada por nossas autoridades nem pela nossa inteligência, o que já nos dá um indício de quão importante esse problema é para os nossos governantes e gestores...

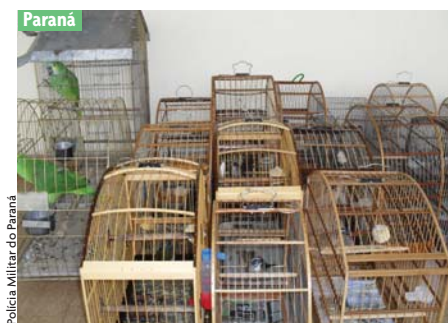
Encaminhamento de aves apreendidas

O dado concreto é que milhares de aves acabam sendo apreendidas, ano após ano. Embora, logo no final do período reprodutivo, a quantidade de apreensões aumente bastante (especialmente a de filhotes de papagaios), durante todas as outras estações sempre chegam aves aos centros de triagem. Aquelas que não morrem são mantidas nesses centros ou em organizações não governamentais preocupadas com a questão.

Maxitance / BigStockPhoto



Soltura: vale a pena fazê-la quando o animal desconhece as fontes locais de alimento e abrigo?



Apreensão de pássaros silvestres: grupo mais visado pelos traficantes, cuja atuação se estende por todo o Brasil

Apreendidas as aves, o primeiro problema está resolvido. Imediatamente depois vem o segundo, que é também o mais complicado: o que fazer com elas? Existem diversas possibilidades, que vão do extremo da eutanásia (sacrifício minimizando o sofrimento) até o da simples soltura, passando pela entrega feita por órgãos competentes a criadores autorizados ou pela doação a centros de pesquisa.

O processo de decisão não é simples nem pouco oneroso politicamente. E, embora a eutanásia seja a alternativa técnica mais indicada em muitos casos, poucos gestores têm a coragem de assinar a autorização. Em outros casos, a ideologia contrária à criação em cativeiro (e não a decisão técnica) impede que

as aves sejam doadas a criadores autorizados, comerciais ou não, ou a centros de pesquisa.

Enquanto isso, as aves permanecem nos centros de triagem, muitas vezes em péssimas condições sanitárias ou de alojamento, amontoadas e morrendo em grande quantidade.

A opção pela soltura

A decisão mais comum e erroneamente considerada a mais “natural” e sensata é soltar as aves apreendidas. Essa medida extrema alivia os centros de triagem e proporciona ótimo impacto na opinião pública. Afinal de contas, as aves estão sendo salvas!

Mas será que é realmente verdade? De fato, a libertação de aves é um evento emocionante.


Depois que as lágrimas foram vertidas e que o coração se sente mais leve com a “boa ação”, além de a matéria para o telejornal daquela noite estar garantida, vemos as aves abandonadas à própria sorte.

Não há qualquer monitoramento antes da soltura para verificar a composição e a abundância das espécies de uma determinada localidade. E, pior, os programas de monitoramento após a soltura são inexistentes ou pecam pela ingenuidade, não gerando qualquer dado cientificamente aproveitável e que poderia ser utilizado para futuros projetos. Isso sem contar que, em um grande número de casos espalhados por todo o Brasil, não há qualquer marcação das aves (por exemplo, aquela feita com anilhas), o que nos impede de saber se elas sobreviveram pelo menos à primeira semana de vida ao ar livre.

Ninguém sabe com certeza se e como as aves soltas realmente se reintegram à Natureza. Ou se houve algum impacto na comunidade de aves já existente, já que patógenos (bactérias e vírus causadores de doenças) podem ser potencialmente introduzidos em populações nativas e saudáveis, o que aumentaria o prejuízo resultante da soltura, técnica aparentemente tão benéfica. Isso porque muitas aves, antes de serem soltas, permanecem em centros de triagem por onde passa grande quantidade de aves, de todos os cantos do Brasil e até mesmo do mundo.

Vale a pena soltar?

Vale mesmo a pena soltar as aves para dar-lhes uma segunda chance de ocuparem o seu papel no ecossistema? Seria uma irresponsabilidade dizer que a soltura ou a reintrodução são bobagens ou perda de tempo. Essas são técnicas consagradas e utilizadas com relativo sucesso no mundo todo, há anos. Infelizmente, no Brasil, adota-se apenas parte da técnica. São esquecidos os protocolos básicos de monitoramento, única forma de “auditoria” para verificar se a iniciativa teve sucesso ou não.

Projetos bem desenhados, que possuem início, meio e fim, e que contam com financiamento adequado são mais que desejáveis, mas ainda de custo muito elevado, o que os torna raros e pontuais. Ao ver uma soltura de aves, portanto, pense novamente antes de se emocionar. Certamente, a vida dos animais em locais onde desconhecem as fontes de alimento e abrigo é muito pior que em centros de triagem ou criadouros. Do jeito que a reintrodução é feita no Brasil, soltar não é legal. 

Luis Fábio Silveira é professor do Departamento de Zoologia da Universidade de São Paulo, com doutorado em Ciências Biológicas (Zoologia); curador associado das coleções ornitológicas Museu de Zoologia da USP; editor-chefe da Revista Brasileira de Ornitologia; membro do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (CBRO); pesquisador associado da World Pheasant Association (UK); autor de oito livros sobre aves e de dezenas de artigos científicos publicados.